



DIÁRIO



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLI — Nº 110

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 16 DE SETEMBRO DE 1986

SENADO FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 210, DE 1986

Autoriza o Governo do Estado de Sergipe, a contratar operações de crédito no valor de Cz\$ 8.082.470,14 (oito milhões, oitenta e dois mil, quatrocentos e setenta cruzados e quatorze centavos).

RETIFICAÇÃO

Na publicação feita no DCN (Seção II) de 29-8-86, no art. 1º da resolução, na página 3044,

Onde se lê:

...destinada a construção de cadeiras...

Leia-se:

...destinada a construção de cadeias...

RESOLUÇÃO Nº 211, DE 1986

Autoriza o Governo do Estado de Sergipe a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 200.012,63 Obrigações do Tesouro Nacional.

RETIFICAÇÃO

Na publicação feita no DCN (Seção II) de 29-8-86, na página 3044, na ementa da resolução,

Onde se lê:

...Obrigações do Tesouro Nacional.

Leia-se:

...Obrigações do Tesouro Nacional-OTN.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 228^a SESSÃO, EM 15 DE SETEMBRO DE 1986

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Apreciação de matéria

— Requerimento nº 390/86, lido em sessão anterior, de autoria do Sr. Senador Itamar Franco, solicitando licença para se afastar dos trabalhos da Casa

pelo período de 120 dias, a partir de 18 do corrente mês. Deferido.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

— Recebimento das Mensagens nºs 373 a 381/86 (nºs 532, 533, 535, 538, 540, 543, 539, 541 e 542/86, na origem), pelas quais o Senhor Presidente da República, solicita autorização para que as Prefeituras Municipais de Nossa Senhora da Glória — SE, Figueirópolis — GO, de Monte Alegre de Sergipe —

SE, Arandu — SP, Arapiraca — AL, Ilhéus — BA e os Governos dos Estados da Paraíba e da Bahia possam contratar operações de crédito, para os fins que especificam.

1.2.3 — Discursos do Expediente

SENADOR AFONSO SANCHO — Defesa da instalação de uma refinaria da PETROBRAS no Estado do Ceará.

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS
Diretor-Geral do Senado Federal
JOSÉ LUCENA DANTAS
Diretor Executivo
JOÃO DE MORAIS SILVA
Diretor Administrativo
MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA
Diretor Industrial
PEDRO ALVES RIBEIRO
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Anual	Cz\$ 92,00
Semestral	Cz\$ 46,00

Exemplar Avulso: Cz\$ 0,17

Tiragem: 2.200 exemplares.

SENADOR JAMIL HADDAD — Campanha eleitoral em curso no Rio de Janeiro. Encaminhando à Mesa projeto de lei que dispõe sobre o exercício da profissão de Instrumentador Cirúrgico, e dá outras providências.

SENADOR CÉSAR CALS — Reivindicações dos servidores públicos aposentados e pensionistas.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 135/86, que fixa o número de candidatos que os partidos políticos poderão registrar nas primeiras eleições para representação à Câmara dos Deputados pelo Distrito Federal. (Em regime de urgência). **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Resolução nº 35/86, que autoriza a Prefeitura Municipal de Vilhena (RO) a elevar em Cr\$ 2.732.430.000,00 o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Requerimento nº 266/86, solicitando nos termos do art. 38 da Constituição, combinado com o item I do art. 418 do Regimento Interno, o comparecimento, perante o Plenário do Senado, do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Dilsom Funaro, a fim de prestar esclarecimentos sobre a aplicação, no campo social, dos recursos constantes do denominado Plano de Metas, instituído pelo Decreto-lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Requerimento nº 304/86, solicitando, nos termos do art. 38 da Constituição, combinado com o item I do art. 418, do Regimento Interno, o comparecimento, perante o Plenário do Senado, do Senhor

Ministro de Estado da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, João Sayad, a fim de prestar esclarecimentos sobre os critérios para aplicação dos recursos alocados para a execução do Fundo Nacional de Desenvolvimento, criado pelo Decreto-lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Requerimento nº 303/86, de autoria dos Srs. Senadores Alaor Coutinho e Jamil Haddad, solicitando, o comparecimento perante o Plenário do Senado, do Sr. Ministro de Estado da Reforma Agrária, Dante de Oliveira, a fim de prestar esclarecimentos sobre os critérios de desapropriação e implantação da reforma agrária. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Requerimento nº 382/86, de autoria do Sr. Senador Enéas Faria, solicitando ao Poder Executivo, informações relativas ao Acordo Nuclear Brasil-Alemanha. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 258/85, que dispõe sobre prazo para restituição do Imposto de Renda retido na fonte. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 205/80, que revoga dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 80/84, que altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a limitar em 40 horas semanais a jornada de trabalho. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 113/83, que disciplina o uso de Caracteres nas publicações obrigatórias. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 232/83, que estende aos trabalhadores rurais o regime da Previdência e Assistência Social urbana, bem como a Legislação do Seguro de Acidentes do Trabalho, e dá outras provisões. (Apreciação preliminar da constitucionalidade). **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 242/85, que acrescenta parágrafo ao art. 116 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, para permitir a contagem de tempo de serviço prestado ao serviço público, em outro órgão, para efeito de concessão de licença especial. (Apreciação preliminar da constitucionalidade). **Votação adiada por falta de quorum.**

1.3.1 — Discurso após a Ordem do Dia

SENADOR NIVALDO MACHADO — II Encontro Governo-Sociedade, realizado por órgãos do Governo no último mês de julho.

1.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — DISCURSO PROFERIDO EM SESSÃO ANTERIOR

Do Sr. Nivaldo Machado, pronunciado na sessão de 3-9-86.

3 — MESA DIRETORA

4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

5 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 228^a Sessão, em 15 de setembro de 1986

4^a Sessão Legislativa Ordinária, da 47^a Legislatura

Presidência dos Srs. Nivaldo Machado e Jamil Haddad

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Raimundo Parente — Cesar Cals — Afonso Sancho — Carlos Alberto — Amir Gaudêncio — José Urbano — Nivaldo Machado — Luiz Cavalcante — Jamil Haddad — Alfredo Campos — Arno Damiani — Ivan Bona-to — Octávio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Nivaldo Machado) — A lista de presença acusa o comparecimento de 13 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Na Sessão Ordinária do dia 12 do corrente, foi lido o Requerimento nº 390, de 1986, de autoria do Senador Itamar Franco, solicitando licença para se afastar dos

trabalhos da Casa pelo período de 120 dias, a fim de tratar de interesses particulares, a partir de 18 do corrente mês.

O requerimento deixou de ser votado, naquela oportunidade, por falta de quorum.

Sendo evidente a falta de quorum para deliberação na presente sessão, a Presidência, nos termos do § 2º do art.

47 do Regimento Interno, deferiu o requerimento, concedendo a licença solicitada.

Serão tomadas as providências necessárias à convocação do suplente.

O SR. PRESIDENTE (Nivaldo Machado) — A Presidência recebeu as Mensagens nºs 373 a 381, de 1986 (nºs 532, 533, 538, 540 e 543, 539, 541 e 542, de 1986, na origem), pelas quais o Senhor Presidente da República, nos termos do art. 42, item VI, da Constituição, e de acordo com o art. 2º da Resolução nº 93/76, do Senado Federal, solicita autorização para que as prefeituras municipais de Nossa Senhora da Glória (SE), de Figueirópolis (GO), de Monte Alegre de Sergipe (SE), de Arandu (SP), de Arapiraca (AL) e de Ilhéus (BA) possam contratar operações de crédito, para os fins que especificam.

As matérias serão despachadas às Comissões de Economia, de Constituição e Justiça e de Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Nivaldo Machado) — A Presidência recebeu as Mensagens nºs 379 a 381, de 1986 (nºs 539, 541 e 542, de 1986, na origem), pelas quais o Senhor Presidente da República, nos termos do art. 42, item VI, da Constituição, e de acordo com o art. 2º da Resolução nº 93/76, do Senado Federal, solicita autorização para que os Governos dos Estados da Paraíba e da Bahia possam contratar operações de crédito, para os fins que especificam.

As matérias serão despachadas às Comissões de Economia e de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Nivaldo Machado) — Concede a palavra ao nobre Senador Afonso Sancho.

O SR. AFONSO SANCHO (PDS — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Estudos realizados pelos setores próprios da Petrobrás recomendam, há muito, a implantação de mais uma refinaria no Nordeste. E o Ceará, cujo litoral é rico em petróleo, reúne condições para acomodar as instalações de refino exigidas pelas características da conjuntura social e econômica da região nordestina.

Há algum tempo, a Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial apresentou as razões técnicas, locacionais e políticas da localização de uma refinaria de petróleo no Ceará, demonstrando, inicialmente, que:

— a capacidade de refino do Nordeste, que tem como base, a Refinaria de Mataripe, na Bahia, está praticamente esgotada;

— o abastecimento, através do Centro-Sul, torna-se cada vez mais onerosa, devido ao elevado custo do transporte;

— as bacias do Ceará e do Rio Grande do Norte, que atualmente produzem mais de dez por cento da produção nacional, apresentam-se mais e mais promissoras;

— existem estudos técnicos no Departamento Industrial (DEPIN) e no Serviço de Planejamento (SER-PLAN) da Petrobrás, que recomendam a implantação de nova refinaria no Nordeste;

— para aumentar a capacidade de refino na região nordestina, planeja-se deslocar duas unidades do Centro-Sul, que se encontram com capacidade ociosa;

— o óleo produzido na Fazenda Belém, Ceará, pelas suas características peculiares, que permitem derivados mais nobres, como óleo isolante para transformadores, lubrificantes, graxas especiais e coque, requer industrialização sofisticada, cujo melhor aproveitamento será a localização próxima ao centro produtor do óleo;

— a influência direta de Carajás abre o mercado do coque, que pode ser produzido pela nova refinaria, para atendimento a diferentes projetos minero-industriais com o garantido escoamento pelo sistema ferroviário existente.

Entre as vantagens de local, os técnicos entendem que o empreendimento do porte de uma refinaria encontrará, na região metropolitana de Fortaleza, a estrutura básica indispensável. O porto da Capital cearense, com sua posição geográficamente das mais privilegiadas do País, possui um "pier" petroleiro, um parque de tanqueamento e um terminal ferroviário que o caracteriza como próprio para a entrada e saída de petróleo e derivados. Além disso, referida área metropolitana é servida por infra-estrutura rodoviária, que a liga ao interior do Estado, ao Nordeste e ao resto do País, graças à malha formada por estradas federais e estaduais interligadas por um anel de contorno que, apesar de ainda em construção, facilitará

o acesso ao Porto de Mucuripe e ao Distrito Industrial sem cruzar Fortaleza. Tal característica permite maior flexibilidade de operação, tanto na entrada como no escoamento das mercadorias.

O sistema de distribuição de energia elétrica para a região metropolitana em apreço é alimentado por três linhas transmissoras oriundas de Paulo Afonso e uma interligada a Tucuruí. Existe, portanto, um anel estável de distribuição energética, altamente confiável, estrategicamente instalado de forma a garantir ligações industriais em alta tensão.

Quanto ao abastecimento d'água e ao saneamento, a região metropolitana de Fortaleza conta com os açudes do sistema Pacoti-Riachão-Gavião-Acarapé do Melo, com capacidade para armazenar quinhentos e trinta e quatro milhões de metros cúbicos de água e vazão de vinte e três mil metros cúbicos/hora, quando uma refinaria exige, apenas, vazão de setecentos metros cúbicos/hora. As condições existentes como se vê, suprem as necessidades, ainda mais se for levado em conta o aproveitamento da Bacia do Choró, em fase de projeto, e que evitaria possíveis contratemplos em épocas de estiagem prolongada.

Do ponto de vista de educação, apoio tecnológico, atendimento bancário e comunicações, a região metropolitana de Fortaleza dispõe de amplos recursos.

Sob o enfoque político, o Ceará deve ser atendido com um polo industrial. É certo que tem uma fábrica de asfalto em Fortaleza, mas essas instalações representam a semente de um distrito, tal como os de Camaçari, na Bahia; Cloroquímico, em Alagoas; Potássio, em Sergipe; Alcanorte, no Rio Grande do Norte; escoamento do minério de Carajás, no Maranhão, e da Suape, em Pernambuco. Praticamente todos os Estados nordestinos possuem seu polo industrial, exceto o Ceará, Unidade que se ressentiu de investimentos federais.

É, pois, fundamentado, na realidade, que o meu Estado postula uma refinaria de petróleo, sem apelos aos quadros de pobreza, sem mãos estendidas à caridade, mas com base nas condições técnicas, na infra-estrutura existente, nos reclamos de desenvolvimento equilibrado entre as Unidades da Federação.

Desde a perfuração do poço de Xaréu, o litoral cearense vem sendo considerado de amplas possibilidades para fornecimento de petróleo. Esse aspecto concede autoridade ao meu Estado, para requerer a sua refinaria de petróleo.

Apoiado, pois, nas razões de ordem técnica, econômica e política, amplamente demonstradas, requeiro dos poderes competentes atenção para o Ceará, cuja plataforma continental, estou certo, ficará pontilhada de plataformas coletoras do óleo que será refinado aqui mesmo, no torrão cearense.

É o que me compete dizer, Sr. Presidente, nesta oportunidade. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nivaldo Machado) — Concede a palavra ao nobre Senador Jamil Haddad.

O SR. JAMIL HADDAD (PSB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Meu pronunciamento de hoje se prende ao processo eleitoral em curso no Estado do Rio de Janeiro. Temos visto pesquisas e lido resultados de pesquisas em jornais, querendo, mais uma vez, influenciar o eleitorado do Rio de Janeiro para a polarização Brizola e anti-Brizola. Essas pesquisas, temos a certeza pela experiência política de longos anos, são manipuladas nesse sentido, porque no dia-a-dia, no corpo-a-corpo das ruas, se verifica que de 75 a 80% do eleitorado do Estado do Rio de Janeiro ainda não se definiu.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, todos sabem que o eleitorado do Estado do Rio de Janeiro se define, praticamente, no último mês. Haja visto que, na eleição de 1982, as pesquisas davam, no mês de setembro, ao atual Governador Leonel Brizola, 3%. E o Governador Leonel Brizola foi eleito em novembro de 1982.

Neste momento tenta-se a polarização Darcy Ribeiro e Moreira Franco. O Partido Socialista Brasileiro, do qual tenho a honra de ser Presidente, apresentou ao eleitorado do Estado do Rio de Janeiro uma chapa que tem tido o respaldo daqueles que não acreditam no chamado voto útil condicionado pelos radicalistas que pretendem apenas a polarização. Para o Governo do Estado apresentamos o nome de Sinval Palmeira, ex-Deputado Esta-

dual, cassado em 64, homem de passado e presente inatacáveis, que nos debates da televisão demonstrou ter uma postura digna de assumir o Governo do Estado do Rio de Janeiro.

O único Partido que apresentou na chapa majoritária uma mulher para vice-Governança foi o Partido Socialista Brasileiro, com a líder feminista Rachel Gutierrez. E para o Senado, nobres Senadores, o Partido Socialista apresenta o que existe de mais puro e de mais honrado no Estado do Rio de Janeiro, que é o grande jurista Evandro Lins e Silva, Ministro das Relações Exteriores, Procurador Geral da República, Chefe da Casa Civil e Ministro do Supremo Tribunal, cassado pelo Movimento de 1964. Pela primeira vez na História de nosso País, na História Republicana, foram cassados magistrados da Corte Suprema deste País, e dos três cassados: Victor Nunes Leal, Hermes Lima e Evandro Lins e Silva, os dois últimos eram fundadores do antigo Partido Socialista Brasileiro, que renasceu em julho do ano próximo passado.

O Ministro Evandro Lins e Silva, jurista de renome, tem tido uma receptividade por parte do eleitorado do Estado do Rio de Janeiro incomensurável. Por este motivo V. Ex's se recordam de que, quando do debate que se travou nesta Casa sobre a legislação eleitoral, apresentei uma emenda para que o resultado de pesquisas eleitorais não pudessem ser divulgados 30 dias antes das eleições. Entendeu a Casa que deveria ser aprovado o prazo de 21 dias. E assim o foi, e é lei.

Sr. Presidente, o Partido Socialista Brasileiro sempre lutou a favor dos dois turnos no processo eleitoral, dois turnos que já fazem parte da Constituição deste País, para eleição do Presidente da República, porque com o condicionamento, com a propaganda subliminar dessas pesquisas encomendadas, o que se verifica é que há um radicalismo, que há uma tendência à polarização e os melhores não são escolhidos.

No Estado do Rio de Janeiro, o Partido Socialista Brasileiro não deseja o ontem nem o hoje, deseja o amanhã. E o amanhã está na chapa do nosso partido, com homens de passado, e presente inatacáveis, homens que nunca se curvaram a pressões de qualquer tipo e que, apesar do alentado da idade, mantêm firme as suas condições, as suas colocações ideológicas.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, a receptividade dessas candidaturas na rua é contagiante. Estivemos com os candidatos em municípios do interior do Estado e vimos várias pessoas se aproximar e dizer: "Sinval, Evandro, nós já iríamos votar em vocês pelas suas posturas e pronunciamentos nas televisões". Não temos a máquina do Estado, não temos a máquina do Governo Federal: o Partido Socialista caminha, no Estado do Rio de Janeiro, sozinho. Nós, socialistas, temos a visão política de que um Partido Socialista não se cria de uma hora para a outra. Pretendemos, sim, através de nomes que apresentamos à sociedade, de respeito, de honorabilidade, plantar a semente, não de um pequeno vegetal que é esmagado por uma simples pisada, mas a semente de um carvalho que terá uma duração longa e que dificilmente será abatido.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, é impressionante o que se gasta no Estado do Rio de Janeiro nesse processo eleitoral. Verdadeira fábula de cruzados são investidos no Estado do Rio de Janeiro. Vemos Deputados num troca-troca partidário digno de nota. Elementos que, ontem, na eleição de 1982, se apresentavam no Estado do Rio de Janeiro como candidato do PDS, o Sr. Moreira Franco, hoje é candidato da aliança que tem à sua frente o PMDB. Temos, inclusive, segmentos de esquerda nessa composição.

Somos daqueles que acreditam em que, a partir do debate da Constituinte, se travará a grande luta ideológica neste País. Dos atuais Partidos — a não ser os Partidos com conteúdo ideológico — muitos deixarão de existir. E é esta democracia que nós pretendemos: cada um se colocando no Partido de acordo com o seu pensamento político.

Quando nós sentimos a imposição — deste plenário e aquela do plenário da Câmara dos Srs. Deputados, para que os Partidos recém-organizados, os Partidos que tiveram a renovação dos seus direitos políticos, como o Partido Socialista Brasileiro, ficassem, em duas horas de programa gratuito com apenas três minutos e oito segundos, nós perguntamos:

Que democracia é esta, Sr. Presidente? Uma democracia em que os Partidos estão legalmente constituídos. No entanto, querem impor aos Partidos com pouca representação nas Casas do Congresso um mutismo para que suas idéias, idéias novas, idéias de quem não deseja o continuismo de uma política que, na realidade, não está de acordo com o pensamento popular, não possam chegar, essas idéias aos lares desta população.

St. Presidente, Srs. Senadores, militando há mais de 30 anos na política do Estado do Rio de Janeiro, antigo Estado da Guanabara, conheço de sobra o eleitorado de meu Estado e sei que não se deixará levar pelo chamado "voto útil", porque "voto útil", como diz a própria palavra, é aquele que traz utilidade à população. Voto útil não é votar em alguém para derrotar outrem sem analisar o que já fizeram no passado e o que deixaram de fazer no presente.

O povo do Estado do Rio de Janeiro votará, com a consciência tranquila, nos melhores candidatos, não tenho dúvida, porque conheço bem aquele eleitorado, apesar da massificação, apesar da propaganda subliminar dirigida diariamente nos canais de televisão, de rádio e nos jornais do Estado do Rio de Janeiro.

St. Presidente, Srs. Senadores, por sua vez o PDT, que tinha uma proposta do trabalhismo rumo ao socialismo, hoje apresenta nos seus quadros prefeitos egressos do PDS e apresenta — e como diz o Governador daquele Estado, que faz acordos até com o diabo — o que pode existir de pior do antigo PMDB. É este o quadro real do Estado do Rio de Janeiro. É esta a polarização que pretendem dar, politicamente, ao Estado do Rio de Janeiro. A população do Rio de Janeiro, tenho certeza, dirá não, em 15 de novembro, a essas manobras espúrias que, em última instância, só servirão para, mais uma vez, frustrar a classe política do seu Estado.

St. Presidente, quero aproveitar esses últimos minutos para declarar que estou entregando à Mesa um projeto de lei que dispõe sobre o exercício da profissão de instrumentador cirúrgico e dá outras providências. Como médico cirurgião e ortopedista, sei do valor inestimável que nos prestam nos momentos duros da nossa carreira, dentro de uma sala de cirurgia, esses incansáveis instrumentadores que, até hoje, ainda não têm a sua profissão regulamentada, razão pela qual, St. Presidente, apresento, neste momento, o projeto para sanar essa lamentável falha.

Muito grato a V. Ex*. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nivaldo Machado) — Concedo a palavra ao nobre Senador César Cals.

O SR. CÉSAR CALS (PDS — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Gostaria, hoje, de fazer um apelo às autoridades governamentais em favor de uma sofrida classe que tem sempre enfrentado as maiores adversidades e que apesar de lutas sucessivas não tem conseguido atingir os seus objetivos.

Refiro-me, St. Presidente, aos aposentados do Serviço Público e da Previdência Social que continuam atravessando uma situação de penúria, face irroários vencimentos que mensalmente percebem, os quais não ganham as correções correspondentes à nossa realidade econômica.

É inexplicável e injusto que abnegados servidores, após tantos anos de serviço, sofram uma brutal redução nos seus proventos, provocando, em muitos casos, a fome e a miséria em inúmeros lares de brasileiros aposentados.

Muitos movimentos já foram realizados com a finalidade de corrigir essa esdrúxula situação, mas, infelizmente os órgãos responsáveis ainda não se sensibilizaram com o desespero de honestos cidadãos que durante longos anos se dedicaram ao trabalho e agora na velhice amargam os dissabores da ingratidão que não lhes reconhece o tempo decorrido em favor da causa pública.

Mais de 60% aposentados brasileiros recebem do INPS, proventos inferiores a um salário mínimo, enquanto que o homem do campo ganha apenas 50% dessa humilhante referência.

Não se pode, St. Presidente, afirmar de sã consciência, que a Previdência não possui recursos necessários para atender as justas reivindicações dos aposentados e pensionistas, quando todos sabemos que outras categorias gozam de generosos privilégios, enquanto aqueles passam sérias privações.

São milhões de brasileiros que pedem apenas o cumprimento de preceito constitucional, que assegura a todos o princípio da eqüidade. A prática, porém, mostra uma realidade bem diferente daquela prevista na Carta Magna. O que se observa é um tratamento diferenciado a determinadas categorias, atingindo sempre as classes menos favorecidas que precisam de uma maior assistência do poder público, especialmente na área social.

Apesar, St. Presidente, dos exemplos mostrarem o contrário, ainda confiamos que o Governo, e, em particular o Ministério da Previdência e Assistência Social, proceda a um amplo estudo sobre a situação dos aposentados e pensionistas para, em seguida, remeter ao Congresso Nacional um projeto de lei capaz de minimizar o sofrimento de milhões de servidores que durante tanto tempo exerceram as suas atividades com lisura e eficiência, vivendo hoje num odioso ostracismo que não lhes permite, que nem mesmo as suas esperanças por melhores dias sejam consideradas por quem de direito.

St. Presidente, como Senador tenho dito que o que mais me preocupa é que os nossos pronunciamentos têm muito pouca repercussão na imprensa. Ficam adstritos, é bem verdade, a um bem elaborado programa *A Voz do Brasil* que é ouvido pelo interior dos Estados e eventualmente nas capitais. Mas a imprensa não tem dado cobertura ao que se diz em nenhuma Casa do Congresso Nacional. Vivemos, hoje, um regime presidencialista e como o Presidente e os Governadores são aqueles imperadores de mandatos determinados, têm o poder de nomear, de demitir, o poder de polícia e a imprensa, de uma maneira geral, só se preocupa com a sucessão nos Estados, quem vai ser o futuro governador. E aqueles que fazem legitimamente a interpretação do sentimento do povo, como nós, representantes no Congresso Nacional, ficamos sem nenhuma divulgação. Mas, na verdade, ainda espero que o Governo seja sensível ao problema que agora trago, porque já existe uma verdadeira situação de desespero entre os aposentados que recebem essa humilhante redução dos seus proventos.

Tenho recolhido ao longo das minhas viagens pelo interior e pela Capital do meu Estado os maiores testemunhos daqueles que ouvem *A Voz do Brasil*, sabendo que estou aqui em defesa dessas classes. Mas, a grande imprensa normalmente desconhece e desconhecendo a grande imprensa, lamentavelmente desconhece o poder público, os apelos que ora fazemos.

Como diz o ditado "água mole em pedra dura tanto bate até que fura", nós vamos ficar usando a tribuna desta Casa enquanto aqui estivermos, em defesa das classes mais humildes na esperança, longínqua ainda, mas na esperança de que o Poder Público possa se sensibilizar com o que aqui dizemos.

Era o que tinha a dizer, St. Presidente e Srs. Senadores. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nivaldo Machado) — Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não há quorum para deliberação.

Em consequência, as matérias da Ordem do Dia, todas em fase de votação, constituída da Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 135/86; Projeto de Resolução nº 35/86; Requerimentos nºs 266, 304, 303 e 382, de 1986; Projetos de Lei do Senado nºs 258/85, 205/80, 80/84, 113/83, 232/83 e 242/85, ficam com a sua apreciação adiada para próxima sessão ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Jamil Haddad) — Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nivaldo Machado.

O SR. NIVALDO MACHADO (PFL — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Promovido pelo Gabinete Civil da Presidência da República, pelo Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República, com a colaboração da Secretaria Especial do Meio Ambiente e do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico, o II Encontro Governo-Sociedade, realizado em julho último, aten-

deu, plenamente, aos seus objetivos, sintetizados na seguinte afirmação do Presidente José Sarney:

"O Governo tem absoluta certeza de que o Brasil, como uma nação jovem, não pode incorrer no erro das velhas nações que desprezaram o que se pode chamar de os direitos da natureza."

Na verdade, ninguém pode duvidar de que se amplia, no Brasil, uma consciência ecológica, orientada pela preservação dos recursos naturais da flora e da fauna.

Mas, nessa luta preservacionista, encontramos interesses a enfrentar, principalmente aqueles que giram em torno da urbanização, que muitos pretendem se realize em detrimento da ecologia, o que não é, de nenhum modo, necessário.

Disse, a propósito, o Senador Marco Maciel:

"O equilíbrio desejado entre cidade e meio ambiente é uma questão de coragem e consciência dos indivíduos, da comunidade e do Governo."

As prioridades de esforços seguem essa ordem, a partir dos indivíduos, que devem assumir uma consciência ecológica, afirmando-se, imediatamente, na comunidade, como talvez de todas as correntes de opinião.

Não se pode confiar tudo à organização estatal; é necessário atentar para a advertência do Ministro do Desenvolvimento Urbano, Deni Lineu Schwartz, quando afirma:

"O Estado, sozinho, não conseguirá fazer uma política adequada de meio ambiente. Mais uma vez precisa ser o instrumento para a realização de programas que emanem, sobretudo, da sociedade."

O engajamento de todos os indivíduos nessa campanha de preservação do meio ambiente e de defesa ecológica foi muito bem sintetizado na seguinte frase do Ministro Chefe da SEPLAN, João Sayad:

"Faz parte do conceito de Democracia o respeito ao cidadão, à vida e ao meio ambiente."

Esse problema ecológico e a relação entre a cidadania e o meio ambiente encontraram o melhor equacionamento na série de encontros Governo-Sociedade, proposta para dar continuidade ao diálogo com os diversos setores sociais, aproximando o planejamento governamental das preocupações, necessidades e anseios dos cidadãos.

Os encontros têm sido realizados como uma audiência pública, coordenados pelo Gabinete Civil, por intermédio da Subchefia para Assuntos Institucionais, que assessora o Ministro Marco Maciel em matérias relativas à promoção dos direitos dos cidadãos e à articulação das relações Governo-Sociedade.

Abrindo os trabalhos, o Ministro Marco Maciel assinalou a necessidade de uma conscientização da comunidade, para o resguardo do seu patrimônio ambiental:

"a partir da constatação de que o País se encontra no limiar de nova etapa de desenvolvimento",

quando se

"torna imperioso compatibilizar uma alta taxa de crescimento com a preservação do meio ambiente."

No seu pronunciamento, o Ministro do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente salientou que foram aprovados recursos da ordem de oitenta e cinco milhões de cruzados para a execução de vários projetos, através de 21 órgãos estaduais, da SEMA, dos Ministérios da Saúde, da Cultura, e da SEPLAN, visando à defesa e preservação do meio ambiente, como proposta concreta do Governo.

Na oportunidade do anúncio, salientou Sua Excelência:

"Quando o Governo se preocupa com a proteção da saúde do cidadão urbano, protegendo o meio ambiente natural e revendo o meio ambiente construído, é preciso que a sociedade se comprometa, através de ações concretas, com os mesmos objetivos."

O povo que recebeu com entusiasmo as medidas na Economia, saberá também responder ao chamamento do Presidente José Sarney para fiscalizar o que de mais precioso temos: nosso patrimônio natural."

Por sua vez, o Ministro da SEPLAN, João Sayad, assinalou:

"O trato da questão ambiental requer, como outras tantas tarefas do Governo, um reencontro da Nação com o Estado. É necessário uma alteração dos nossos hábitos culturais, é necessário educação, é necessário participação de todos os cidadãos brasileiros nessa tarefa de preservação do meio ambiente."

Participando daquela cerimônia comemorativa do Dia Mundial do Meio Ambiente, assinalou o Presidente José Sarney:

"Desejo assinalar que o fato que inspira a política do meio ambiente que o País pratica é a liberdade política. A questão ambiental é de tal ordem e extensão que o seu tratamento transcende de muito as fronteiras da atividade do Estado, para abranger a esfera da comunidade e do cidadão. Sem a liberdade de expressão e de participação, qualquer política — a de meio ambiente em particular — representa, no melhor dos casos, tão-somente um fato técnico, esvaziado e empobrecido do seu significado de ser uma experiência da liberdade e da cidadania."

Depois de referir-se à criação do Ministério do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, para realizar a política nacional no setor, lembrou o seguinte trecho de um discurso que proferira em 1972:

"O homem, que se julgava objeto da criação e fora da natureza, começa a duvidar de sua primazia, e antes de salvar-se, ele sabe agora que precisa salvar a Terra. O que adiantaria o desenvolvimento, a alma imortal, a vida em si mesma, se ela não vai ter espaço para existir. Esta é a razão de toda a dúvida que está levando as nações a pensar na natureza, não mais em termos de sua beleza, do usufruto de suas dádivas, de sua exploração. Mas, pensar na natureza em termos de que ela pode cheiar uma rebeção impossível contra o próprio homem, criando a antiexistência.

No seu pronunciamento, o Ministro Deni Schwartz assinalou que apenas dois Estados brasileiros dispõem de recursos acima de oitenta e cinco milhões de cruzados para o meio ambiente: o Paraná e São Paulo. Enquanto isso, há municípios que criaram sua Secretaria do Meio Ambiente, como o de Vitória.

Pronunciaram-se, ainda, o Ministro Moscardo de Souza, o Dr. João Ricardo Perna, o Governador Gustavo Krause, o Deputado Paulo Furiati, Alvamar Costa de Queirós, Armando Laras de Aragão, José Truda Palazzo da Costa, Walter Pinto Costa, Romeu Padilha de Figueiredo, Dirceu Cesar Leite, Vereador Ernesto Zwarg, Ivan Noriz de Brito, Pedro Ferreira Duarte, Lauro Eduardo Bacca, Amador Abdalla, Cícero Penteado da Silva, Aldo Rebouças, Artur Resende, Luciano G. da Horta, Antônio Gondim, Maria do Carmo C. de Melo, José Fernando M. Gomes, Isabel Assarco Baiache, Ministro Roberto Santos, Luís Roberto de Moraes, Francisco Anselmo Gomes de Barros, Renato Pais da Cunha, Paulo Roberto Bretas, Leonardo Fares Menhem, Sérgio José Góes, Jacqueline Pitanguy, Carlos Roberto Fonseca de Andrade, Embaixador Nestor dos Santos Lima, Simone Teixeira, José Cândido Mello Carvalho, Arnaldo Paschoalino, Paulo Afonso Lima Machado, José Mário Marques Vieira, José Pedro Cuthi Dias, Luiz Van Beethoven B. de Abreu, Raimundo Gonçalves dos Santos, Joaquim de Castro Feitosa, Rogério Teixeira de Freitas, Iara Ferraz, Celso A. Petrillo, José Zanine Caldas, Fernanda Colagrossi, Randau Marques e Cláudio Losquesi.

Fazendo uma avaliação dos temas propostos, o Dr. Rómulo de Almeida declarou:

"O BNDES vem atribuindo crescente importância à preservação do patrimônio natural e cultural nos projetos que financia, tanto em caráter preventivo como em caráter corretivo. Para isso, além de exigências específicas nos critérios de concessão de crédito, concede uma redução de juros para estimular a propensão conservacionista dos mutuários."

Interferiram, nessa fase do seminário, Paulo Nogueira Neto, o Embaixador Marcos Azambuja, encerrando os trabalhos, o Ministro Celso Furtado.

Mais de duzentas pessoas participaram desse encontro, que teve a mais ampla divulgação pela imprensa, e realçada a disposição do Governo Federal na luta pela preservação do meio ambiente e defesa da ecologia.

Queremos, neste instante, congratular-nos com o Presidente Sarney, com os Ministros da Casa Civil, do Planejamento, do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e do SEPLAN, com a Secretaria Especial do Meio Ambiente e com o Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico, pelo êxito do II Encontro Governo-Sociedade, quando se abordaram problemas da cidadania e do meio ambiente.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nivaldo Machado) — Nada mais havendo a tratar vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

1

EMENDA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 135, DE 1986

(Em Regime de Urgência — Art. 371, b, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, da emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 135, de 1986, de autoria do Senador Alfredo Campos, que fixa o número de candidatos que os partidos políticos poderão registrar nas primeiras eleições para representação à Câmara dos Deputados pelo Distrito Federal, tendo

— PARECER ORAL, proferido em Plenário, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, favorável, com emenda que apresenta de Nº 1-CCJ; e

— de Finanças, contrário.

6

REQUERIMENTO Nº 382, DE 1986 (Art. 239, Inciso VI, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 382, de 1986, de autoria do Senador Enéas Faria, solicitando, ao Poder Executivo, informações relativas ao Acordo Nuclear Brasil-Alemanha.

7

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 258, de 1985, de autoria do Senador Carlos Chiarelli, que dispõe sobre prazo para restituição do Imposto de Renda retido na fonte, tendo

PARECERES, sob nºs 572 e 573, de 1986, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, favorável, com emenda que apresenta de Nº 1-CCJ; e

— de Finanças, contrário.

8

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 205, de 1980, de autoria do Senador Humberto Lucena, que revoga dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, tendo

PARECERES, sob nºs 189 a 191, de 1984, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e, quanto ao mérito, favorável, com voto vencido dos Senadores Passos Pôrto, Heilídio Nunes e José Fragelli;

— de Serviço Público Civil, favorável; e

— de Legislação Social, favorável.

9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 80, DE 1984

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 195, I, do Regimento Interno)

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 80, de 1984, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, com vistas a limitar em 40 horas semanais a jornada de trabalho, tendo

PARECER, sob nº 889, de 1986, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

PARECER ORAL, favorável, proferido em Plenário, da Comissão de Legislação Social.

10

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 113, de 1983, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que disciplina o uso de caracteres nas publicações obrigatórias, tendo

PARECERES, sob nºs 479 e 480, de 1984, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de Economia, favorável.

11

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 232, de 1983, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que estende aos trabalhadores rurais o regime da Previdência e Assistência Social urbana, bem como a Legislação do Seguro de Acidentes do Trabalho, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 1.012, de 1983, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

12

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimen-

to Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 242, de 1985, de autoria do Senador Carlos Chiarelli, que acrescenta parágrafo ao art. 116 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, para permitir a contagem de tempo de serviço prestado ao serviço público, em outro órgão, para efeito de concessão de licença especial, tendo

PARECER, sob nº 442, de 1986, da Comissão:
— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Nivaldo Machado) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 14 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. NIVALDO MACHADO NA SESSÃO DE 3-9-86 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. NIVALDO MACHADO (PFL — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Mobilizam-se os servidores da Previdência Social, no sentido de que o Governo lhes atenda a diversas reivindicações, dentre as quais a extensão a todos da Gratificação de Desempenho de Atividades Previdenciárias, instituída pelo Decreto-lei nº 2.165, de 2 de outubro de 1984, e a criação de um Plano de Carreira Previdenciária.

Com esse objetivo, os dirigentes da Federação Nacional das Associações de Servidores da Previdência Social encaminharam aos Parlamentares ofício-circular datado de 21 de agosto próximo passado, em que, além da solicitação de apoio, esclarecem que, a partir de 11 do corrente, desflagrarão um movimento grevista, de âmbito nacional.

Não se pode deixar de reconhecer que o nível geral de remuneração do funcionalismo federal é por demais baixo, quicá deprimente.

Temos de reconhecer, todavia, que a atual administração empenha-se num estudo aprofundado com o objetivo de dar à máquina administrativa um rendimento que atenda a sua relevante e indispensável destinação.

A Previdência Social, tão complexa e que tantos serviços essenciais presta à comunidade, não foge a esta regra. Pelo contrário, inserem-se suas atividades entre aquelas que mais se relacionam com muitas necessidades básicas da grande massa, como os serviços de assistência médica e de pagamento de aposentadorias e pensões, em todos os quadrantes do País.

São atividades, sem dúvida, que exigem não pequena dose de sacrifícios e mesmo certa dedicação e desprendimento.

Paralisar tais atividades poderá significar justamente para os menos favorecidos e para os que necessitam de assistência médica, a interrupção de uma ajuda de que o Estado não pode se eximir.

Esta obrigação do Estado é cumprida justamente pelos órgãos da Previdência Social.

Não se pode negar certa pertinência, mesmo certa justiça aos pleitos dos servidores previdenciários, pleitos es-

tes não apenas deles, mas de todo o funcionalismo federal, mormente daquela parcela que não percebe o 13º mês, que não recebe adicionais, cujos vencimentos giram em torno do salário mínimo.

Acreditamos, porém, que o assunto vem se constituindo objeto de grandes preocupações governamentais, e quero crer que, mais cedo do que se espera, os previdenciários terão seu plano de cargos e carreira, seu sistema de remuneração, reivindicações sem dúvida alguma das mais justas.

Por essa razão, desejo formular um duplo apelo desta tribuna:

Em primeiro lugar, ao Exmº Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social, no sentido de que determine a aceleração dos estudos do novo plano e sua implantação, o mais rápido possível.

E, por último, aos previdenciários do Brasil, para que não esqueçam de que a paralisação de suas atividades pode significar a fome em muitos lares, mesmo o agravamento das precárias condições de vida e de saúde em que vivem milhões de brasileiros humildes que têm, na Previdência, nas pensões e aposentadorias, o único ingresso de recursos em seus modestos lares.

Mas, Sr. Presidente, outro assunto desejo abordar da Tribuna desta Casa, que é a caixa de ressonância das aspirações populares, mesmo que o faça de modo rápido:

O Instituto Tancredo Neves, órgão auxiliar do meu Partido, o Partido da Frente Liberal, com o apoio da Fundação Friedrich Naumann, que é órgão auxiliar, no mesmo nível e com a mesma finalidade do Partido Liberal Alemão, está promovendo no Congresso Nacional, no Auditório Nereu Ramos, um simpósio sob o título: "Partidos Políticos no Brasil".

Dir-se-á, quase repetindo um lugar comum, que se trata de assunto da maior importância; trata-se, Sr. Presidente e Srs. Senadores, de um assunto de importância fundamental, porque nenhuma instituição democrática precisa ser mais aperfeiçoada do que o partido político, por ser, sem dúvida, o canal de comunicação entre o povo e o Governo. É o instrumento natural para a intermediação entre a Administração Pública e o eleitor, sobretudo sendo como é, detentor do monopólio do poder, porque a nenhuma outra entidade se pode oferecer o ensejo de disputar o poder neste e em qualquer outro País; detentor do monopólio do poder, repito, é necessário que essa instituição, indispensável ao regime democrático, seja aperfeiçoada, para que o regime político que dele depende conquiste a estabilidade esperada e desejada.

E nós não precisaríamos, por certo, lembrar que o Partido surgiu primeiro como entidade sociológica, e só depois conseguiu impor-se como entidade jurídica, conquistando lugar de destaque nas Constituições. Entre nós, no início nunca passaram de meras correntes de opinião. Nascidos no âmbito parlamentar, os partidos, hoje, têm lugar em nossa Constituição, a partir, exatamente, da Carta Magna de 18 de setembro de 1946. Porque antes não existiam rigorosamente partidos, com vida permanentemente ativa; e não passavam de instrumentos destinados ao registro de candidaturas nos pleitos eleitorais, sem vida própria, sem organização, de maneira que,

mal contado o último voto, esses partidos enrolavam suas bandeiras e só voltavam a dar sinal de vida noutra eleição. Isso ocorreu durante muitos anos, conforme nos ensina o mestre Afonso Arinos de Melo Franco, em livro clássico sobre o assunto. Daí por que os espaços decorrentes da fragilidade partidária eram ocupados por outros órgãos e entidades, justificando-se as intervenções das Forças Armadas Brasileira, registradas pela História. Nunca tivemos uma tradição de vida partidária forte, com partidos bem organizados, embasados em doutrinas e ideologias; e até nos tem faltado idealismo. Muitos políticos, é triste constatar, usavam os partidos e os mandatos para se servirem, e não, para servirem aos interesses coletivos. Por isso, Sr. Presidente, eu quero, mesmo em rápidas palavras, mesmo a vôo de pássaro, dizer que é com a maior alegria que faço esse registro como fato positivo. O Simpósio trás figuras das mais representativas da cultura brasileira e da sua vida pública para o debate do assunto a que estou me reportando.

Ainda, hoje, na instalação, falaram conferencistas de renome, como o Ministro Oscar Córrea do STF e os professores Otaciano Nogueira e Lytton Guimarães, ambos da UNB, bem como o professor Orlando Carvalho, da Universidade de Minas Gerais.

A tarde, o simpósio terá prosseguimento com outros convidados, todos desejosos de trazer a sua colaboração, tanto mais preciosa quanto nos estamos preparando para a eleição dos nossos representantes na Assembleia Nacional Constituinte. Amanhã será encerrado pelo Ministro Marco Maciel, figura de proa do Partido e destacado membro do Governo. Ao escreverem a nova Lei Maior, não devem fazê-lo com os olhos no passado ou pensando em modelos alienígenas, em realidades diferentes; mas, pelo contrário, estudando a nossa realidade, as nossas peculiaridades, os nossos problemas, a fim de que a Nova Constituição tenha cheiro de povo e cheiro de terra; e seja capaz de tornar as instituições senão definitivas e eternas, para mim as instituições não se cristalizam, não adquirem formas definitivas como os cristais, pelo menos devendo evoluir estáveis e fortes, por força do fato social, do avanço científico e tecnológico. Por força da modificação dos hábitos, dos valores e dos costumes da sociedade brasileira. A menos de 14 anos do terceiro milênio, temos que pensar na evolução dos dias que correm, temos que pensar na atualidade e na realidade nacional, para que essa Carta a ser escrita pela Assembleia Nacional Constituinte reflita os anseios de renovação e mudança da sociedade brasileira. Mas, não apenas os anseios de grupos em conflito, mas os anseios de toda a sociedade, suas justas e legítimas reivindicações.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, quero trazer aqui — não apenas por ser do PFL — ao Presidente do Instituto Tancredo Neves, Deputado Lúcio Alcântara, e ao Presidente da Fundação Friedrich Naumann, Dr. Günther, a minha saudação cordial e fraterna, aliada à minha palavra de exaltação à iniciativa que estão promovendo em benefício da democracia, do seu fortalecimento, e em consequência, do futuro deste País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)